



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CÂMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO

**OS DEFENSORES DA ESCOLA PÚBLICA E OS PRIVATISTAS: UMA ANÁLISE
DOS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS DOS
DEBATES DA LDB DE 1961**

Marília, SP

2026

Julio Hideyshi Okumura

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO

**OS DEFENSORES DA ESCOLA PÚBLICA E OS PRIVATISTAS: UMA ANÁLISE
DOS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS DOS
DEBATES DA LDB DE 1961**

Linha de Pesquisa:

04 - Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos
Sociais

Relatório de pesquisa apresentado à Unesp,
Campus Universitário de Marília requisito para
aprovação de estágio pós-doutoral em
Educação.

Supervisor: Dr. Henrique Tahan Novaes

Marília, SP

2026

1. Introdução

Concluindo o estágio pós-doutoral na Unesp, este relatório sintetiza a trajetória de pesquisa e os atividades realizadas no Campus de Marília. O estudo, orientado pelo Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes, buscou compreender quais são os pressupostos políticos educacionais presentes nos debates encabeçados pelos defensores da escola pública e os representantes das escolas privados no anos que antecederam a promulgação da Lei e Diretrizes de Bases da Educação (LDB 1961).

O trabalho buscou aprofundar o debate a respeito desses atores que se articularam nesse importante período, ou marco legal, que consolidou, conforme Fernandes (1966), a influência concreta do mercado educacional nas políticas públicas educacionais no Brasil.

2. Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Analisar os dois projetos políticos educacionais apresentados no debate entre os defensores da escola pública e os representantes das escolas privadas e confessionais no contexto de debates nos de 1958 a 1961 que antecederam a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) de 1961 visando analisar, sobretudo, seus fundamentos educacionais.

Objetivos Específicos

- compreender o movimento histórico em que a representação dos dois grupos colocaram-se, antagonicamente, desde a década de 1930 no que tange ao debate político educacional;
- compreender o contexto econômico, político e social da década de 1950 e suas relações com os debates que precederam a promulgação da LBD de 1961;
- analisar quais são as concepções teóricas que fundamentam as propostas dos dois grupos já citados e suas representações políticas
- classificar os principais pontos de divergências, no que tange aos seus fundamentos educacionais, entre ambos a partir das propostas e do resultado da lei.

3. Atividades Realizadas

3.1 Produção Intelectual

Decidiu-se, diferente do previsto na projeção de trabalho, produzir um livro sobre políticas públicas educacionais no Brasil. O livro é a continuação do trabalho publicado em 2021 e nomeado de “Introdução à política educacional em tempos de barbárie”, publicação pela Editora Cultura Acadêmica.

Esse livro tem o título “Política educacional em tempos de barbárie: privatização, mercantilização e financeirização da educação” e será publicado pela Editora Lutas Anticapital.

Visou-se no texto realizar uma análise crítica sobre os rumos da educação brasileira sob a égide do capitalismo contemporâneo. Investigou-se de que modo os processos de privatização e financeirização do setor educacional tem dado forma as políticas públicas, tornando o conhecimento em mercadoria e afastando as instituições de ensino, como o caso da Universidade de São Paulo (USP) e as Universidades Federais, de sua função social.

Por meio de um debate histórico que perpassa desde a Era Vargas até o atual contexto de “ultraliberalismo”, buscou-se destacar o processo de sucateamento do ensino público e a subordinação das instituições universitárias aos ditames do grande capital transnacional.

Destaca-se no centro da discussão a profícua contribuição de Florestan Fernandes. Os conceitos de capitalismo dependente, revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem auxiliar em compreender que o processo de redemocratização e abertura democrática não se efetivou em sua plenitude, resultando, conforme Fernandes (2020), em uma institucionalização de práticas autocráticas no campo das políticas públicas educacionais.

Explorou-se também as vivências e contradições passadas pelos movimentos sociais no que tange as experiências embasadas nos ideais da economia solidária, como o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que visa em contribuir para criação de outras formas pedagógicas em meio à hegemonia da lógica pautada nas práticas do mercado.

Pensou-se em propostas, por fim, de uma educação para além do capital, que rompa com as políticas produtivistas no âmbito acadêmico e com a formação focada meramente para a formação de futuros trabalhadores. Defende-se uma universidade que esteja aliada as necessidades concretas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e lutas antissistêmicas, transformando-se em um espaço de pensamento crítico e revolucionário.

A barbárie educacional pode ser enfrentada por meio da reorganização da vida material e cultural, sustentada em práticas educativas que visam a formação para a autonomia, democratização do saber e da utilização do conhecimento científico para a transformação social com base no socialismo.

3.2 Participação como docente da disciplina Estado, políticas públicas e educação no Brasil na Pós-graduação em Educação da Unesp de Marília

Como parte do processo formativo do estágio pós-doutoral, organizou-se a minha participação, como professor convidado, na elaboração e aulas da disciplina Estado, políticas públicas e educação no Brasil.

Essa disciplina é ofertada pelos professores Dr. Julio Torres e Dr. Henrique Tahan Novaes, e acontece no segundo semestre.

Pensamos como objetivos da disciplina

- Estudar a política e as políticas públicas como forma de regulamentação e intervenção do governo na sociedade;
- Contextualizar historicamente a Educação no desenvolvimento das políticas sociais, resgatando-se o debate da construção da democracia e da cidadania no país;
- Problematizar a especificidade do gestor público (técnico e político), com ênfase no gestor educacional; - Discutir o processo de formação do Estado nacional brasileiro, com ênfase na formulação e implementação de políticas educacionais;
- Discutir a avaliação de políticas, programas e projetos educacionais.

Os conteúdos ministrados ficaram sistematizados em doze tópicos, são eles:

1. Introdução aos estudos do Estado e das políticas públicas
2. Processo decisório de política
3. Ciclo de política pública (policy cycle)
4. Processo e técnica legislativa
5. Políticas sociais e educação
6. Democracia, cidadania e educação
7. Fundamentos de política e gestão educacional

8. A formação do Estado nacional e o federalismo no Brasil: formulação e implementação de políticas educacionais
9. Os marcos político-institucionais da educação brasileira
10. Estado, globalização e políticas educacionais
11. Reforma do Estado no Brasil contemporâneo
12. Descentralização político-administrativo.

Ficou em minha responsabilidade os tópicos 5 e 6. A aula foi realizada no dia 31 de outubro de 2026, das 8 às 17 horas na sala 61 na Unesp de Marília.

Imagem 1 – Registro imagético da aula no dia 31 de outubro de 2026.



3.3 Eventos e Participações Acadêmicas

Durante o período do estágio pós-doutorado, tive a participação como colaborador e organizador do evento Extensão Universitária – 10º Mini Curso de Agroecologia, no período de 17/11/2023 à 19/11/2023.

Minha participação delimitou-se a organização, inscrições e auxílios nos processos de organização interna do evento.

Imagem 2 – Certificado de participação como colaborado do evento Extensão Universitária – 10º Mini Curso de Agroecologia



3.4 Desenvolvimento teórico e metodológico

Com a elaboração do livro já citado, conseguiu-se perceber os desdobramentos dos posicionamentos políticos expressos pelos grupos nos debates que antecederam a elaboração e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 nas políticas educacionais das décadas seguintes, sobretudo a partir de 1990.

A vitória dos representantes das escolas particulares e confessionais não representou apenas a continuidade de políticas e práticas pedagógicas conservadoras e antidemocráticas, mas a abertura, no campo legal, da articulação do mercado nas políticas educacionais. Estas, a partir da década de 1990, apropriaram-se também dos espaços escolares no que tange à forma de conceber a gestão escolar, a avaliação e a finalidade formativa.

4. Resultados e Contribuições

Os principais resultados do pós-doutorado incluem:

- ✓ Produção e disseminação de conhecimento sobre as disputas políticas educacionais no século XX e seus desdobramentos no contexto atual;

- ✓ Aprofundamento e compreensão de que os principais dilemas educacionais brasileiros estão empregados no campo da política;
- ✓ Disseminação do pensamento de Florestan Fernandes no debate sobre a educação brasileira;
- ✓ Produção de mais um obra, de acesso gratuito, que trata sobre importantes temas relacionados ao debate das políticas públicas educacionais;
- ✓ Participação na elaboração, estruturação e da docência nas aulas ministradas no Programa de Pós-graduação em Educação, Campus de Marília;
- ✓ Participação em evento acadêmico e de formação denominado 10º Minicurso de Agroecologia;

5. Considerações Finais

Os processos educativos passados no período de estágio pós-doutoral deram a oportunidade de aprofundamento teórico a respeito dos nexos entre educação, políticas públicas educacionais e luta de classes no Brasil.

Em síntese, a texto reitera que a política educacional brasileira não pode ser compreendida de modo estanque dentro das transformação do modo de produção capitalista. A transição da revolução conservadora, da Era Vargas, para a atual conjuntura do capitalismo financeirizado e de privatização extrema permiti-nos apontar que o Estado autocrático é o principal meio que possibilitou a expansão da lógica de mercado no espaço escolar.

Como evidenciado nos estudos sobre a USP, o Centro Paula Souza e os Institutos Federais, o que se observa é uma precarização deliberada do público em prol da eficiência mercantil, resultando num modelo educativo que prioriza o adestramento para o mercado de trabalho em detrimento da formação humana integral.

Nesse contexto, a recuperação do pensamento de Florestan Fernandes revela-se fundamental. A compreensão do conceito de capitalismo dependente permite identificar que os marcos legais, como a LDB de 1961, e as reformas neoliberais dos anos 90, não foram meros ajustes técnicos e racionais, mas vitórias políticas conservadoras que consolidaram a dependência e a autocracia no campo educacional.

Ao mesmo tempo, as experiências do PRONERA e do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária, embora imersas em contradições sistêmicas, apontam para a existência de fendas e resistências que desafiam a lógica da mercadoria através da autogestão e da pedagogia crítica.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento à atual barbárie educacional exige mais do que reformas paliativas e pontuais; demanda uma reorientação radical da política científica, tecnológica e pedagógica.

A construção de uma educação para além do capital pressupõe o fortalecimento da autonomia dos trabalhadores e a aliança entre a universidade e os movimentos sociais. Somente através de uma práxis que rompa com o produtivismo e com a lógica da financeirização será possível resgatar a educação como um instrumento de emancipação e transformação societal, capaz de enfrentar os desafios impostos pela crise estrutural do capital e abrir caminhos para uma nova sociabilidade.

Dr. Julio Hideyshi Okumura
Pós-doutorando